08/06/2020

PLENÁRIO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.275 MATO GROSSO

RELATOR : **MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
AM. CURIAE. : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT
ADV.(A/S) : MARCO AURÉLIO MARRAFON
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - ADUNEMAT
ADV.(A/S) : JOÃO RICARDO VAUCHER DE OLIVEIRA

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL E ORÇAMENTÁRIO. ARTS. 245, CAPUT, INCISO III, E PARÁGRAFO 3º, E 246 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO. APLICAÇÃO ANUAL DE 35% DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS, INCLUSIVE A PROVENIENTE DE TRANSFERÊNCIAS, NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR. APLICAÇÃO DE PERCENTUAIS DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT. RESTRIÇÃO ÀS COMPETÊNCIAS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PARA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS. VIOLAÇÃO À RESERVA DE INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO (CF, ART. 165). OFENSA À SEPARAÇÃO DE PODERES (CF, ART. 2º). VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA NÃO AFETAÇÃO (CF, ART. 167, IV). MEDIDA CAUTELAR CONFIRMADA. PROCEDÊNCIA.

1. O art. 212 da Constituição Federal especifica que a “União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito

ADI 6275 / MT

federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

2. A gradação de percentual mínimo de recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino não pode acarretar restrições às competências constitucionais do Poder Executivo para a elaboração das propostas de leis orçamentárias. Inteligência do art. 165 da Constituição Federal.

3. Invalidez de emenda à Constituição estadual que, aprovada em turno único de votação, resulte de emenda parlamentar e acarrete aumento de despesa em proposta do Poder Executivo. Inteligência do art. 60, § 2º, de observância obrigatória por parte dos Estados-Membros, e do art. 63, I, da Constituição Federal. Precedentes.

4. Os artigos impugnados subtraem do Poder Executivo local a legítima atribuição para definir e concretizar, em consonância com as prioridades do Governo em exercício, políticas públicas igualmente relevantes à concretização dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, relacionadas a outros direitos fundamentais, a exemplo da saúde e da segurança pública. Ofensa à separação de poderes. Precedentes.

5. Inconstitucionalidade de normas que estabelecem vinculação de receitas tributárias a órgãos, fundos ou despesas, por violação ao art. 167, IV, da Constituição Federal, e restrição à atribuição constitucional do Poder Executivo para elaborar propostas de leis orçamentárias. Precedentes.

6. Medida cautelar confirmada e ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual do Plenário, sob a Presidência do Senhor Ministro DIAS TOFFOLI, em conformidade com a certidão de julgamento, por maioria, acordam em confirmar a medida cautelar e

ADI 6275 / MT

julgar procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade do art. 245, caput, inciso III e § 3º, e do art. 246 da Constituição do Estado de Mato Grosso, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros EDSON FACHIN e RICARDO LEWANDOWSKI. Falou, pelo *amicus curiae* Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, o Dr. Marco Aurélio Marrafon. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro DIAS TOFFOLI (Presidente).

Brasília, 08 de junho de 2020.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Relator

Documento assinado digitalmente

08/06/2020

PLENÁRIO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.275 MATO GROSSO

RELATOR : **MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
AM. CURIAE. : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT
ADV.(A/S) : MARCO AURÉLIO MARRAFON
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - ADUNEMAT
ADV.(A/S) : JOÃO RICARDO VAUCHER DE OLIVEIRA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR): Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Governador do Estado de Mato Grosso em face dos artigos 245, *caput*, inciso III e § 3º, e 246 da Constituição do referido Estado, tanto em suas redações originais quanto nas redações conferidas pelas Emendas Constitucionais 66/2013 e 76/2015. Eis o teor dos dispositivos impugnados:

Redação original:

Art. 245 O Estado e os Municípios aplicarão, anualmente, nunca menos de trinta e cinco por cento da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento de educação escolar.

(...)

§ 3º Nos casos de anistia fiscal ou incentivos fiscais de

ADI 6275 / MT

qualquer natureza, fica o Poder Público proibido de incluir os trinta e cinco por cento destinados à educação.

(...)

Art. 246. O Estado aplicará, anualmente, um por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, inclusive transferências constitucionais obrigatórias, na manutenção e desenvolvimento do ensino público superior estadual.

Redação dada pela Emenda Constitucional 66/2013:

Art.. 245. O Estado aplicará, anualmente, nunca menos de 35% da Receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento da educação escolar.

(...)

Art. 246 O Estado aplicará, anualmente, os seguinte percentuais da Receita Corrente Líquida do Estado de Mato Grosso na manutenção e desenvolvimento da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, assim fracionados:

I – no mínimo 2,0% da Receita Líquida para o exercício de 2013;

II - no mínimo 2,1% da Receita Líquida para o exercício de 2014;

III - no mínimo 2,2% da Receita Líquida para o exercício de 2015;

IV - no mínimo 2,3% da Receita Líquida para o exercício de 2016;

V - no mínimo 2,4% da Receita Líquida para o exercício de 2017;

VI - no mínimo 2,5% da Receita Líquida para o exercício de 2018 e posteriores.

Parágrafo único. Na dotação de que trata o presente artigo não se incluem os recursos reservados ao ensino fundamental e médio.

Redação dada pela Emenda Constitucional 76/2015:

ADI 6275 / MT

Art. 245. O Estado aplicará anualmente o percentual estabelecido pelo Art. 212 da Constituição Federal, da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento de educação escolar, devendo alcançar os 35% (trinta e cinco por cento) nos termos do inciso III.

(...)

III – a fim de atingir o percentual de 35%, o Estado acrescentará anualmente um mínimo de 0,5% nos exercícios financeiros de 2016 até 2035.

Sob o aspecto formal, o requerente alega que o art. 245, em sua redação originária e na redação conferida pela Emenda Constitucional 76/2015, e o art. 246, em sua redação originária, ofenderiam a iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo para deflagrar o processo legislativo orçamentário (arts. 84, XXIII, 165, *caput* e incisos, e 166, § 6º, da Constituição Federal). Ainda no plano formal, sustenta que as redações dadas pela Emenda Constitucional 66/2016 aos arts. 245 e 246 ostentariam vício formal decorrente da inobservância do procedimento legislativo relativo às emendas constitucionais (art. 60, inciso I e § 2º, da Constituição Federal).

No plano material, o requerente argumenta que, desde as redações originárias, os artigos impugnados violariam o princípio da separação de Poderes (art. 2º da Constituição), pois a vinculação apriorística de 35% da receita de imposto deixaria de observar a independência orgânica do Poder Executivo, impondo-lhe obrigações que não se enquadrariam na moldura delineada pela Constituição. Alega, no mesmo contexto, ofensa à regra constitucional que veda a vinculação de receita de imposto a órgãos, fundos ou despesas (art. 167, IV, da Constituição).

Requer, como consequência, a declaração da inconstitucionalidade do art. 245, *caput*, e do art. 246, desde as suas redações originárias, e, por arrastamento, do inciso III e § 3º do art. 245, que, relacionados com a vinculação de 35% da receita pública, dependeriam normativamente do

ADI 6275 / MT

caput para a produção de efeitos.

Em 12/12/2019 (doc. 10), considerando a gravidade da questão e possíveis repercussões da eficácia do ato impugnado, concedi a medida cautelar pleiteada, *ad referendum* do Plenário desta SUPREMA CORTE, para suspender os efeitos do art. 245, *caput*, inciso III e § 3º, e do art. 246 da Constituição do Estado de Mato Grosso. Pedi dia para julgamento, na forma regimental, solicitando informações da Assembleia Legislativa e determinando a oitiva da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República a fim de apresentarem manifestações.

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (doc. 29) manifestou-se pela improcedência dos pedidos, sustentando ser competência do Constituinte Estadual o estabelecimento do percentual mínimo a ser investido na educação local, e não do Governador. Além disso, defendeu que os dispositivos impugnados provêm da Emenda Constitucional 66/2013, de autoria do Chefe do Executivo.

O Advogado-Geral da União (doc. 48) opinou pela procedência do pedido, defendendo a reserva de iniciativa do Governador do Estado em matéria orçamentária, seja em normas legais, seja em normas constitucionais, em atenção às diretrizes da Constituição Federal. Argumenta, ainda, a inconstitucionalidade da Emenda Constitucional 66/2013, que, por ter sido objeto de emenda parlamentar visando ao aumento de despesas e aprovada em apenas um turno de votação, violaria os arts. 2º; 165, I a III; e 60, § 2º, da CF.

A Procuradoria-Geral da República não se manifestou.

Foram admitidas, na qualidade de *amici curiae*, a Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT e a Associação dos Docentes da Universidade de Estado de Mato Grosso – ADUNEMAT (Doc. 28).

É o relatório.

08/06/2020

PLENÁRIO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.275 MATO GROSSO

VOTO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR): Conforme relatado, trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Governador do Estado de Mato Grosso em face dos artigos 245, *caput*, inciso III e § 3º, e 246, da Constituição do referido Estado, tanto em suas redações originais quanto nas redações conferidas pelas Emendas Constitucionais 66/2013 e 76/2015. Eis o teor dos dispositivos impugnados:

Redação original:

Art. 245 O Estado e os Municípios aplicarão, anualmente, nunca menos de trinta e cinco por cento da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento de educação escolar.

(...)

§ 3º Nos casos de anistia fiscal ou incentivos fiscais de qualquer natureza, fica o Poder Público proibido de incluir os trinta e cinco por cento destinados à educação.

(...)

Art. 246. O Estado aplicará, anualmente, um por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, inclusive transferências constitucionais obrigatórias, na manutenção e desenvolvimento do ensino público superior estadual.

Redação dada pela Emenda Constitucional 66/2013:

Art.. 245. O Estado aplicará, anualmente, nunca menos de 35% da Receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento da educação escolar.

(...)

ADI 6275 / MT

Art. 246 O Estado aplicará, anualmente, os seguinte percentuais da Receita Corrente Líquida do Estado de Mato Grosso na manutenção e desenvolvimento da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, assim fracionados:

I - no mínimo 2,0% da Receita Líquida para o exercício de 2013;

II - no mínimo 2,1% da Receita Líquida para o exercício de 2014;

III - no mínimo 2,2% da Receita Líquida para o exercício de 2015;

IV - no mínimo 2,3% da Receita Líquida para o exercício de 2016;

V - no mínimo 2,4% da Receita Líquida para o exercício de 2017;

VI - no mínimo 2,5% da Receita Líquida para o exercício de 2018 e posteriores.

Parágrafo único. Na dotação de que trata o presente artigo não se incluem os recursos reservados ao ensino fundamental e médio.

Redação dada pela Emenda Constitucional 76/2015:

Art. 245. O Estado aplicará anualmente o percentual estabelecido pelo Art. 212 da Constituição Federal, da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento de educação escolar, devendo alcançar os 35% (trinta e cinco por cento) nos termos do inciso III.

(...)

III – a fim de atingir o percentual de 35%, o Estado acrescentará anualmente um mínimo de 0,5% nos exercícios financeiros de 2016 até 2035.

Sob o aspecto formal, o requerente alega que o art. 245, *caput*, inciso III e § 3º, em sua redação originária e na redação conferida pela Emenda Constitucional 76/2015, e o art. 246, em sua redação originária,

ADI 6275 / MT

ofenderiam a iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo para deflagrar o processo legislativo orçamentário (arts. 84, XXIII, 165, *caput* e incisos, e 166, § 6º, da Constituição Federal). Ainda no plano formal, sustenta que as redações dadas pela Emenda Constitucional 66/2016 aos arts. 245 e 246 ostentariam vício formal decorrente da inobservância do procedimento legislativo relativo às emendas constitucionais (art. 60, inciso I e § 2º, da Constituição Federal).

No plano material, argumenta que, desde as redações originárias, os artigos impugnados violariam o princípio da separação de Poderes (art. 2º da Constituição). Alega, no mesmo contexto, ofensa à regra constitucional que veda a vinculação de receita de imposto a órgãos, fundos ou despesas (art. 167, IV, da Constituição).

A controvérsia posta nos autos, portanto, consiste em saber se os Estados-Membros podem fixar, no que tange ao financiamento da educação, percentual em nível superior ao estabelecido no texto constitucional, bem como a quem se atribui competência legislativa para tanto.

A educação é destacada pela Constituição como um direito cuja concretização se mostra imprescindível à efetivação dos fundamentos e dos objetivos da República, tanto que a Lei Maior conferiu primazia à União ao imputar-lhe a competência para estabelecer normas gerais sobre educação e ensino, reservando aos Estados e ao Distrito Federal um espaço de competência suplementar, consistente no “poder de formular normas que desdobrem o conteúdo de princípios ou normas gerais ou que supram a ausência ou omissão destas” (JOSÉ AFONSO DA SILVA, *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 30ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 481), e, aos Municípios, apenas a possibilidade de suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber, e em conformidade com seu interesse local. É o que se depreende da leitura dos seguintes dispositivos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

ADI 6275 / MT

IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

[...]

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Art. 30. Compete aos Municípios:

[...]

II - suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

Dessa forma, a repartição de competências desenhadas no texto constitucional – “exigência da estrutura federal, para assegurar o convívio de ordenamentos que compõem o Estado Federal”, no dizer de RAUL MACHADO HORTA (*Direito Constitucional*. 5ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010, p. 309) – expressamente comina à União a edição de legislação sobre as diretrizes e bases da educação nacional (art. 22, XXIV), além de relacionar a educação e o ensino como temas de competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal (art. 24, IX, CF). Nesse sentido: ADI-MC-Ref. 5.341, Rel. Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, DJe de 28/3/2016; ADI 4060, Rel. Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, DJe de 30/4/2015; ADI 3.098, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, Tribunal Pleno, DJ 10/3/2006; ADI 1.399, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, DJ 11/6/2004.

No que se relaciona ao financiamento da educação, o art. 212 da Constituição especifica que a “*União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de*

ADI 6275 / MT

transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Como se constata da leitura do dispositivo constitucional, não há dúvida sobre a possibilidade de os entes federados aplicarem mais do que os impositivos 18% e 25%, respectivamente imputados à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

A gradação de percentual mínimo de recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, contudo, não pode acarretar restrição às competências constitucionais do Poder Executivo para a elaboração das propostas de leis orçamentárias e para a definição e concretização de políticas públicas igualmente importantes relacionadas a outros direitos fundamentais, tais como a saúde e a segurança pública. A respeito do tema, cabe ressaltar o quanto disposto no art. 165 da Constituição Federal:

Art. 165 Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

[...]

§5º A lei orçamentária anual compreenderá:

- I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

ADI 6275 / MT

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público;

[...]

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Assim, inclui-se, nas competências do Chefe do Poder Executivo, a prerrogativa de participar das decisões relacionadas à destinação da receita do ente federativo que integra, competindo-lhe, em razão disso, a iniciativa dos diplomas legislativos orçamentários mediante os quais as questões políticas acerca das prioridades do governo em exercício serão debatidas, definidas e executadas.

Por essa razão, tal como se constata relativamente ao art. 245, *caput*, inciso III e § 3º, em sua redação originária e na redação conferida pela Emenda Constitucional 76/2015, e ao art. 246, em sua redação originária, todos da Constituição do Estado de Mato Grosso, não se mostra constitucionalmente idônea a majoração do patamar mínimo de alocação de recursos públicos em processos legislativos que excluam a participação do Chefe do Poder Executivo, sobretudo se considerado que a Constituição Federal preconiza a exclusividade de iniciativa dessa autoridade para proposições legislativas em matéria orçamentária (arts. 165 e 167), como consectário do princípio da separação dos Poderes e do devido processo legislativo orçamentário.

De fato, a jurisprudência deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, prestigiando os princípios da separação dos poderes e do devido processo legislativo orçamentário, mantém firme orientação sobre a inconstitucionalidade de normas que excluam a participação do Chefe do

ADI 6275 / MT

Poder Executivo em processo legislativo envolvendo discussão sobre patamar mínimo de alocação de recursos públicos. Nesse sentido, cite-se o precedente firmado no julgamento da ADI 6.059, de minha relatoria (Tribunal Pleno, DJe de 14/10/2019):

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 138 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA, COM A REDAÇÃO CONFERIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 48/2016. VINCULAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO AO SISTEMA ESTADUAL DE SAÚDE, NO PATAMAR MÍNIMO DE 18% (DEZOITO POR CENTO). PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DE INICIATIVA PARLAMENTAR. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO (CF, ART. 198, § 3º, I). VIOLAÇÃO À RESERVA DE INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO (CF, ART. 165). OFENSA AO PRINCÍPIO DA NÃO AFETAÇÃO (CF, ART. 167, IV). OCORRÊNCIA. PROCEDÊNCIA.

1. Compete à União legislar, mediante lei complementar, sobre percentuais de alocação e critérios de rateio de recursos públicos para o financiamento do Sistema de Saúde (CF, art. 198, § 3º, I), o que foi atendido pela edição da Lei Complementar 141/2012.

2. As vinculações previstas no art. 198, § 2º, da CF não poderiam ser disciplinadas pelas Constituições Estaduais ou pelas Leis Orgânicas, sob pena de indesejado engessamento do processo legislativo para aprovação de tais normas, em prejuízo da reavaliação dos índices a cada quinquênio, conforme determina expressamente o art. 198, § 3º, da CF.

3. *Ao ignorar por completo a participação do Chefe do Poder Executivo, seja na conformação e discussão da proposição legislativa, seja na possibilidade de veto, já que não previsto no processo legislativo das emendas (CF, art. 60, §§ 2º e 3º), a norma impugnada violou a reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo em matéria orçamentária (CF, art. 165). Precedentes.*

4. *O art. 138, parágrafo único, da Constituição do Estado de*

ADI 6275 / MT

Roraima é materialmente inconstitucional, por violação ao princípio da não afetação (art. 167, IV, da CF), que proíbe a vinculação de receitas a órgão, fundo ou despesa. Além de ampliar a base de cálculo das receitas vinculadas, estendendo-a a todo o orçamento público, e não apenas ao montante de receitas discriminadas no dispositivo constitucional (art. 198, § 2º, II, da CF), o dispositivo elevou o patamar de vinculação ao índice de 18%, contrariando o percentual definido na LC 141/2012.

5. Medida cautelar confirmada e ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

Sobre o tema, aludindo à orientação do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, observa WALLACE PAIVA MARTINS JÚNIOR:

É, ainda, da Jurisprudência a pronúncia da impossibilidade de norma constitucional estadual que disponha diretamente sobre a vinculação ou destinação específica de receitas orçamentárias por ofensa à reserva de iniciativa legislativa do Chefe do Poder Executivo para a proposição de lei orçamentária (Orçamentos Públicos e Direito Financeiro, coordenadores: JOSÉ MARÍCIO CONTI e FERNANDO FACURY SCAFF, São Paulo, 2011, Editora Revista dos Tribunais, p. 853).

O entendimento se justifica pois a majoração do patamar de alocação de recursos públicos sem observância da iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo para deflagrar o processo legislativo de normas orçamentárias projeta efeitos danosos e potencialmente irreversíveis sobre as atividades da Administração Pública do Estado de Mato Grosso, interferindo indevidamente na formação do orçamento público e comprometendo a aplicação de recursos em outras ações e políticas públicas de relevância social.

Nesse sentido, destaco o precedente firmado no julgamento da ADI 2.447 (Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, DJe de 3/12/2009), assim ementado:

ADI 6275 / MT

EMENTA: CONSTITUCIONAL. FINANCEIRO. NORMA CONSTITUCIONAL ESTADUAL QUE DESTINA PARTE DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS A ENTIDADES DE ENSINO. ALEGADO VÍCIO DE INICIATIVA. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, ARTS. 161, IV, F, E 199, §§ 1º E 2º. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PEDIDO DE INTERVENÇÃO COMO ASSISTENTE SIMPLES.

Ação Direita de Inconstitucionalidade em que se discute a validade dos arts. 161, IV, f e 199, §§ 1º e 2º da Constituição do Estado de Minas Gerais, com a redação dada pela Emenda Constitucional Estadual 47/2000. Alegada violação dos arts. 61, § 1º, II, b, 165, III, 167, IV e 212 da Constituição. *Viola a reserva de iniciativa do Chefe do Executivo para propor lei orçamentária a norma que disponha, diretamente, sobre a vinculação ou a destinação específica de receitas orçamentárias (art. 165, III, da Constituição).*

Merece transcrição o seguinte trecho do voto do eminente Ministro Relator:

A fixação do plano de alocação dos recursos públicos interfere diretamente na capacidade do ente federado de cumprir as obrigações que lhe são impostas pela Constituição. Afeta, também, a forma como as políticas públicas poderão ser executadas. Estas são as justificativas para que a iniciativa de criação de qualquer norma que verse sobre orçamento pertença à esfera de iniciativa do Executivo.

(...)

A circunstância de a vinculação da receita ser produto de emenda à Constituição Estadual não altera o juízo de violação da Constituição Federal. O art. 165 da Constituição resguarda a iniciativa do Chefe do Poder Executivo contra qualquer espécie de norma que afete diretamente a elaboração das três peças orçamentárias.

Igualmente, destaque: ADI 584, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal

ADI 6275 / MT

Pleno, DJe de 8/4/2014; ADI 4.102, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, DJ de 249/2010; e ADI 820, Rel. Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, DJe de 4/12/2009.

Por outro lado, é importante ressaltar que o rito conferido à EC 66/2013, que deu nova redação aos arts. 245 e 246 da Constituição do Estado de Mato Grosso, desrespeitou o disposto no art. 60, § 2º, da Constituição Federal, de observância obrigatória por parte dos Estados-membros (ADI 486, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, DJ de 10/11/2006). Isso porque, conforme se extrai dos documentos relativos ao processo legislativo juntados aos autos (peça 3, p. 62-72), a aprovação dessa alteração constitucional se concretizou após um único turno de votação.

Além disso, no que se refere à modificação do *caput* do art. 245 da Constituição estadual pela EC 66/2013, constato que o projeto originalmente apresentado pelo Governador do Estado, por meio da Mensagem 108/2012 (peça 3, p. 3-4), propunha que a redação desse dispositivo constitucional fosse alterada para deixá-la “*em consonância com a Constituição da República*”, nos seguintes termos:

Art. 245 O Estado e os Municípios aplicarão, anualmente, nunca menos que o percentual previsto no art. 212 da Constituição da República Federativa do Brasil, determinando segundo a receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento de educação escolar.

Entretanto, no decorrer do processo legislativo, foi apresentado, pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa local, um substitutivo integral ao projeto de emenda constitucional (peça 3, p. 62-63), segundo o qual o art. 245 da Constituição do Estado de Mato Grosso passaria a ter a seguinte redação:

Art. 245 O Estado aplicará, anualmente, nunca menos de 35% da Receita resultante de impostos, inclusive a proveniente

ADI 6275 / MT

de transferências, na manutenção e desenvolvimento de educação escolar.

Assim, diferentemente da proposta apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, a aprovação dessa emenda parlamentar fez retornar o sentido original do art. 245 da Constituição Estadual, o qual previa a aplicação mínima de 35% da receita resultante de imposto no financiamento da educação, razão pela qual, como bem destacado pela Advocacia-Geral da União (peça 48, p. 15), *“por refletir aumento de despesas em projeto do Governador do Estado (fls. 04 e 62 do documento eletrônico nº 03), também há vício de iniciativa a resultar no reconhecimento da inconstitucionalidade da referida emenda”*.

De fato, ainda que se reconheça a viabilidade de emendas parlamentares em projetos de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo (ADI 2.696, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, DJe de 14/3/2017 e ADI 2.350, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, DJ de 30/4/2004), seu cabimento é limitado pela necessidade de pertinência temática com o objeto original do projeto e, relevante para o caso sob julgamento, pela impossibilidade de, ressalvado o disposto no art. 166, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal, veicular aumento de despesa pública.

Preciso, nesse sentido, o precedente firmado no julgamento da ADI 873 MC, cuja ementa transcrevo:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Art. 3. da Lei 9.820/93, promulgada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Liminar. Norma inserida, por emenda parlamentar, em projeto de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, que acarreta aumento de despesa pública. Ofensa ao princípio de independência e harmonia entre os Poderes. Precedente da Corte em face da Constituição de 1988. Medida cautelar deferida (ADI 873 MC, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, DJ de 07/03/1996).

Em complemento, reconheço, de igual modo, a

ADI 6275 / MT

inconstitucionalidade material imputada aos arts. 245 e 246 da Constituição do Estado de Mato Grosso, tanto em suas redações originárias, quanto em relação às alterações posteriores, por ofensa à separação de poderes (art. 2º, da CF), conforme já destacado anteriormente, e ao princípio da não afetação (art. 167, IV, da CF).

Como já destacado, ao impor a aplicação de, no mínimo, trinta e cinco por cento da receita de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, o referido art. 245 acaba por subtrair do Poder Executivo local a legítima atribuição para, com base no percentual excedente ao previsto na Constituição Federal, definir e concretizar, em consonância com as prioridades do governo em exercício, políticas públicas igualmente relevantes à concretização dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, relacionadas a outros direitos fundamentais, a exemplo da saúde e da segurança pública. O mesmo se dá com relação ao art. 246 da Constituição do Estado de Mato Grosso, que fixa, de maneira apriorística, a destinação de receita ao ensino superior do Estado.

Por fim, e por igual razão, nota-se que essa mesma fixação apriorística de prioridades, para as quais partes das receitas orçamentárias devem ser necessariamente direcionadas, contraria a vedação à vinculação de receita de impostos a órgãos, fundos ou despesas constante do art. 167, IV, da Constituição Federal, que dispõe:

Art. 167. São vedados:

[...]

IV – a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 159 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para a realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

ADI 6275 / MT

Pela interpretação conjunta dos arts. 165 e 167 da Constituição, conclui-se pela impossibilidade de afetação do produto de receitas, salvo, obviamente, naquilo que a própria Constituição expressamente determinar, sendo, contudo, inadmissível a total exclusão do chefe do Poder Executivo do processo legislativo orçamentário, o que ocorre no caso em apreço, como assinalado.

A vinculação em matéria orçamentária é medida excepcionalíssima, limitada às hipóteses expressamente previstas no próprio texto da Constituição Federal. Assim, destaco o precedente firmado no julgamento da ADI 3.576, Rel. Min ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, DJe 2/2/2007:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL 12.223, DE 03.01.05. FUNDO PARTILHADO DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E REGIONAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. CONCESSÃO DE CRÉDITO FISCAL PRESUMIDO DE ICMS CORRESPONDENTE AO MONTANTE DESTINADO AO FUNDO PELAS EMPRESAS CONTRIBUINTES DO REFERIDO TRIBUTO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 155, § 2º, XII, G, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INOCORRÊNCIA. CAUSA DE PEDIR ABERTA. ART. 167, IV, DA CARTA MAGNA. VINCULAÇÃO DE RECEITA PROVENIENTE DA ARRECADAÇÃO DE IMPOSTO A FUNDO ESPECÍFICO. VEDAÇÃO EXPRESSA.

1. Alegação de ofensa constitucional reflexa, manifestada, num primeiro plano, perante a LC 24/75, afastada, pois o que se busca, na espécie, é a demonstração de uma direta e frontal violação à norma expressamente prevista no art. 155, § 2º, XII, g, da Constituição Federal, que proíbe a outorga de isenção, incentivo ou benefício fiscal em matéria de ICMS sem o consenso da Federação. Precedentes: ADI 1.587, rel. Min. Octavio Gallotti, e ADI 2.157-MC, rel. Min. Moreira Alves.

2. O Diploma impugnado não representa verdadeiro e unilateral favor fiscal conferido a determinado setor da

ADI 6275 / MT

atividade econômica local, pois, conforme consta do caput de seu art. 5º, somente o valor efetivamente depositado a título de contribuição para o Fundo criado é que poderá ser deduzido, na forma de crédito fiscal presumido, do montante de ICMS a ser pago pelas empresas contribuintes.

3. As normas em estudo, ao possibilitarem o direcionamento, pelos contribuintes, do valor devido a título de ICMS para o chamado Fundo Partilhado de Combate às Desigualdades Sociais e Regionais do Estado do Rio Grande do Sul, compensando-se, em contrapartida, o valor despendido sob a forma de crédito fiscal presumido, criaram, na verdade, um mecanismo de redirecionamento da receita de ICMS para a satisfação de finalidades específicas e predeterminadas, procedimento incompatível, salvo as exceções expressamente elencadas no art. 167, IV, da Carta Magna, com a natureza dessa espécie tributária. Precedentes: ADI 1.750-MC, rel. Min. Nelson Jobim, ADI 2.823-MC, rel. Min. Ilmar Galvão e ADI 2.848-MC, rel. Min. Ilmar Galvão.

4. Ação direta cujo pedido se julga procedente.

Destaco, também, o precedente firmado no julgamento da ADI 4.102 (Rel. Min. CARMÉN LÚCIA, Tribunal Pleno, DJe de 10/2/2015), em que esta CORTE declarou a inconstitucionalidade de normas significativamente semelhantes da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que estabeleciam a aplicação de nunca menos de 35% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público, e a destinação anual de 6% da receita tributária líquida à Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Transcrevo:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. VINCULAÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS A SETORES DA POLÍTICA EDUCACIONAL. ARTS. 309, § 1º, 314, CAPUT E §§ 2º E 5º, E 332 DA

ADI 6275 / MT

CONSTITUIÇÃO DO RIO DE JANEIRO. ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE AOS ARTS. 2º, 5º, 61, § 1º, INC. II, AL. B, 165 e 212 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.

1. *A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou serem inconstitucionais normas que estabelecem vinculação de parcelas das receitas tributárias a órgãos, fundos ou despesas, por desrespeitarem a vedação do art. 167, inc. IV, da Constituição da República, e restringirem a competência constitucional do Poder Executivo para a elaboração das propostas de leis orçamentárias. Precedentes.*

2. *As restrições impostas ao exercício das competências constitucionais conferidas ao Poder Executivo, incluída a definição de políticas públicas, importam em contrariedade ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes.*

3. *Improcedência da ação quanto ao art. 332 da Constituição do Rio de Janeiro. A fixação de percentual de 2% da receita tributária do exercício destinada à Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPERJ conforma-se ao art. 218, § 5º, da Constituição da República. Precedentes.*

4. *Com a declaração de inconstitucionalidade dos arts. 309, § 1º, e 314, caput, § 5º e da expressão “e garantirá um percentual mínimo de 10% (dez por cento) para a educação especial”, da parte final do § 2º do art. 314, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, as normas regulamentadoras desses dispositivos – expressões “à UERJ e”, “306, § 1º (atual 309), e” e “e, na hipótese da UERJ, sobre a sua receita tributária líquida” contidas no art. 1º da Lei estadual n. 1.729/1990 e art. 6º da Lei estadual n. 2.081/1993 – não têm fundamento de validade. Inconstitucionalidade por arrastamento.*

5. *Ação julgada parcialmente procedente para declarar a inconstitucionalidade dos arts. 309, § 1º, e 314, caput, § 5º e da expressão “e garantirá um percentual mínimo de 10% (dez por cento) para a educação especial”, da parte final do § 2º do art. 314, todos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, e, por arrastamento, das expressões “à UERJ e”, “306, § 1º (atual 309), e” e “e, na hipótese da UERJ, sobre a sua receita tributária líquida” do art. 1º da Lei fluminense n. 1.729/1990 e do art. 6º da*

ADI 6275 / MT

Lei estadual n. 2.081/1993.

No ponto, cabe transcrever o seguinte trecho do voto do eminente Min. ROBERTO BARROSO, que sintetiza o entendimento firmado no julgamento:

[...] se o problema não residisse na questão da iniciativa para lei orçamentária, como previsto no artigo 165, ele residiria na restrição constitucional às vinculações amplas orçamentárias que estão previstas no artigo 167, IV. A vedação a essas vinculações que, verdadeiramente, impõem uma restrição excessiva ao poder político majoritário, porque *se todas as verbas orçamentárias ficam vinculadas percentualmente por força da Constituição, as maiorias políticas de cada época não têm nenhum espaço de escolha e de deliberação.*

Essa preocupação com a falta de espaço para a maioria das políticas ocasionais, decorrente da vinculação em matéria orçamentária, foi igualmente expressada no julgamento da ADI 5.897 (Rel. Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, DJe 24/4/2019), de cuja ementa destaco os seguintes tópicos:

(...)

5. O artigo 167, IV, da Constituição Federal veda o estabelecimento de vinculação de receitas provenientes de impostos, quando não previstas ou autorizadas na Constituição Federal, porquanto cerceia o poder de gestão financeira do chefe do Poder Executivo e obsta o custeio de despesas urgentes, imprevistas ou extraordinárias, que se façam necessárias ao longo do exercício financeiro, tanto mais que deve dar-se aplicação aos recursos de receita pública consoante critérios de responsabilidade fiscal consentâneos com os anseios democráticos. (...)

6. A vedação à vinculação da receita é norma que preserva a separação dos poderes, o princípio democrático e a responsabilidade fiscal, de modo que o art. 167, IV, da Constituição faz jus à sua simétrica aplicação por todos os entes da Federação.

(...)

ADI 6275 / MT

11. (...) *A alocação de recursos orçamentários em montante superior aos percentuais mínimos instituídos constitucionalmente cabe aos poderes eleitos, nos limites de sua responsabilidade fiscal e em cada exercício.*

Diante do exposto, CONFIRMO A MEDIDA CAUTELAR e JULGO PROCEDENTES os pedidos para declarar a inconstitucionalidade do art. 245, *caput*, inciso III e § 3º, e do art. 246, da Constituição do Estado de Mato Grosso.

É como voto.

08/06/2020

PLENÁRIO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.275 MATO GROSSO

RELATOR : **MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
AM. CURIAE. : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT
ADV.(A/S) : MARCO AURÉLIO MARRAFON
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - ADUNEMAT
ADV.(A/S) : JOÃO RICARDO VAUCHER DE OLIVEIRA

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN: Trata-se, conforme assinalado pelo Relator, de Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo Governador do Estado do Mato Grosso em face dos arts. 245, caput, inciso III e § 3º, e 246 da Constituição Estadual, nas redações originais e na nova redação conferida pelas Emendas Constitucionais nº 66/2013 e 76/2015.

Os dispositivos elencados determinam a aplicação anual, pelo Estado e Municípios, de percentual mínimo de receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento da educação escolar e do ensino público superior estadual, bem como a aplicação de percentual mínimo da Receita Corrente Líquida do Estado na manutenção e desenvolvimento da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

O autor sustenta, em síntese, violação da competência exclusiva do chefe do Poder Executivo Estadual para a edição de propostas de leis orçamentárias, assim como afronta ao art. 167, IV, da Constituição Federal, que veda a vinculação da receita de impostos à órgãos, fundos

ADI 6275 / MT

ou despesas, argumentos acolhidos pelo eminente Relator para julgar procedente a presente ação.

Divirjo, com a devida vênia, desta entendimento.

Inicialmente, observo que esta Corte, de fato, sedimentou jurisprudência no sentido da competência exclusiva do chefe do Poder Executivo para a edição de propostas de leis orçamentárias.

Embora partilhe deste entendimento, verifico, entretanto, que, no presente caso, há relevante distinção: as disposições da Constituição Estadual ora questionadas originaram-se de Proposta de Emenda à Constituição Estadual elaborada pelo Governador do Estado.

Desta forma, com a devida vênia, entendo que não se constata qualquer vício de iniciativa nas normas combatidas.

Em relação à apontada afronta ao art. 167, IV, da Constituição, em virtude de impossibilidade de vinculação de receita, destaco que o comando normativo salientado assim estatui:

Art. 167. São vedados:

(...)

IV - IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, **para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII**, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (grifo nosso)

A leitura do inciso IV do art. 167 demonstra que o próprio dispositivo excepciona determinadas hipóteses em que é constitucional a vinculação, como a destinação de recursos para o desenvolvimento do ensino prevista no art. 212.

Ou seja, a vinculação do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento), pelos Estados, da receita resultante de impostos, em

ADI 6275 / MT

atividades de manutenção e desenvolvimento do ensino, mais do que mera exceção anteriormente assinalada, emerge como verdadeiro dever constitucionalmente imposto.

Sendo assim, entendo que a majoração deste patamar mínimo para além de 25% da receita pelo Estado do Mato Grosso não ofende o princípio da não vinculação, visto que, como bem afirmado pelo Ministro Alexandre, inexistente inconstitucionalidade no aumento deste patamar pelos Estados.

Ante o exposto, julgo improcedente a ação direta de inconstitucionalidade.

É como voto.

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.275

PROCED. : MATO GROSSO

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES

REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

AM. CURIAE. : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT

ADV.(A/S) : MARCO AURÉLIO MARRAFON (37805/DF)

AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - ADUNEMAT

ADV.(A/S) : JOÃO RICARDO VAUCHER DE OLIVEIRA (MT014490/)

Decisão: O Tribunal, por maioria, confirmou a medida cautelar e julgou procedentes os pedidos formulados na ação direta para declarar a inconstitucionalidade do art. 245, *caput*, inciso III e § 3º, e do art. 246 da Constituição do Estado de Mato Grosso, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin e Ricardo Lewandowski. Falou, pelo *amicus curiae* Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, o Dr. Marco Aurélio Marrafon. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 29.5.2020 a 5.6.2020.

Composição: Ministros Dias Toffoli (Presidente), Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Assessora-Chefe do Plenário